

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
TERRITÓRIO, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

**A Viticultura e a Indústria Vinícola. Que Papel no
Desenvolvimento Local e Regional?**

Orlando Simões

Escola Superior Agrária de Coimbra

Introdução

A participação da vitivinicultura no processo de desenvolvimento local e regional, depende em muito da sua vitalidade como actividade económica e, por outro lado, da sua participação no desenvolvimento de outras actividades complementares.

Partindo deste pressuposto, pretende-se neste trabalho dar uma ideia da situação geral da vitivinicultura portuguesa na sua vertente produtiva, assim como exemplificar a sua participação directa na actividade do turismo através da implementação das rotas dos vinhos portugueses. Para isso, o trabalho é desenvolvido em três pontos. No primeiro, analisa-se a distribuição da vinha e da indústria vinícola no continente português, evidenciando a forte ligação destas actividades ao meio rural. No segundo ponto, procura-se mostrar a importância socio-económica da vitivinicultura: como suporte das empresas agrícolas especializadas em vinha e como forma privilegiada de ligação ao mercado de diversos grupos sociais ligadas às agriculturas familiares não especializadas. Finalmente, o terceiro ponto faz uma breve referência às rotas dos vinhos portugueses, como exemplo das múltiplas ligações da vitivinicultura à cultura mediterrânica, com grandes possibilidades de aproveitamento na actividade turística.

1. A vitivinicultura e o espaço rural

1.1. A distribuição da vinha em Portugal

A duas principais fontes de informação sobre a área global de vinha no Continente, são os recenseamentos agrícolas da responsabilidade do INE e os registos dos organismos especializados do sector: IVV e Comissões de Viticultura

Regionais, em colaboração com os serviços regionais do Ministério da Agricultura. Os recenseamentos agrícolas, quer o de 1979 (Recenseamento Agrícola do Continente - RAC/79), quer o de 1989 (Recenseamento Geral Agrícola - RGA/89)¹, quer mesmo os inquéritos à estrutura das explorações agrícolas de 1993, 1995 e 1997 (baseados numa amostra retirada do RGA/89), apontam todos para valores muito inferiores aos estimados pelos organismos especializados do sector. Estes últimos, centralizados no IVV, dizem respeito ao conjunto das estimativas que estiveram na base da elaboração dos programas de apoio à viticultura nacional, a saber, o Programa de Reestruturação da Vinha - Reg. (CEE) 2239/86 (IVV, s.d.) e o Programa Específico do Vinho - Reg. (CEE) 355/77 (IAPA e IVV, s.d.), ambos elaborados em 1987 pelo IVV, com o apoio do Ministério da Agricultura.

É certo que estas duas fontes apontam para áreas de plantação bastante diferentes. No entanto, somos de opinião que estas variações resultam mais dos diferentes critérios de avaliação utilizados que de variações substantivas nas plantações (Simões, 1998: 307-312). De qualquer forma, apesar dos números nem sempre indicarem tendências regulares, apresentando mesmo por vezes algumas incoerências, podemos salientar algumas orientações que nos parecem evidentes (quadro 1).

Quadro 1: Comparação da área de vinha, por regiões, avaliada pelo IVV e pelos recenseamentos agrícolas do INE.

	IVV/Min. Agricult.		Recenseamentos Agrícolas do INE								
	1987	1999	RAC, 1979			RGA, 1989			Inq. Estrut., 1997		
	Programa Reestrut. (Área -ha)	IVV (Área) (ha)	Nº expl. (1)	Área (ha) (2)	(2)/(1)	Nº expl. (1)	Área (ha) (2)	(2)/(1)	Nº expl. (1)	Área (ha) (2)	(2)/(1)
EDM	72800	52929	142972	30441	0,21	100161	37567	0,38	66341	33247	0,50
TM	59000	76252	62196	58238	0,94	59608	68492	1,15	52276	67145	1,28
BL	55000	-	90316	37723	0,42	91582	33338	0,36	57875	26192	0,45
BI	27000	(a)57146	26920	16452	0,61	29184	24780	0,85	21583	22237	1,03
LVT	150000	114360	77070	111647	1,45	53881	73838	1,37	36967	61675	1,67
ALT	13000	20690	4458	12343	2,77	3475	10740	3,09	2911	13725	4,71
ALG	5200	4661	4514	3553	0,79	3335	2422	0,73	3891	3153	0,81
Cont.	382000	326038	408446	270397	0,66	341226	251177	0,74	241844	227374	0,94

a) Valor correspondente à soma da Beira Litoral e Beira Interior.

¹ À data da recolha da informação que serviu de base a este trabalho, não eram ainda conhecidos os resultados do Recenseamento Agrícola de 1999.

Independentemente das fontes, a primeira conclusão a retirar é a tendência para a diminuição, desde meados da década de oitenta, da área global de vinha plantada no Continente. Outra conclusão é que esta diminuição não afecta de igual forma todas as regiões. De um modo geral, verifica-se uma forte diminuição da área plantada nas regiões mais especializadas na produção de vinho de mesa, em especial no Ribatejo e Oeste, ao mesmo tempo que estabiliza, ou sobe mesmo, nas regiões com maior aptidão para a produção de qualidade, nomeadamente em Trás-os-Montes onde o Douro tem um peso determinante.

Por outro lado, verificou-se uma tendência geral para a diminuição do número de explorações com vinha em todas as regiões consideradas², pelo que, conjugando esta tendência com as áreas recenseadas, verifica-se um aumento continuado da área média por exploração, em todas as regiões consideradas.

Em termos estruturais, todos os dados disponíveis apontam para um envelhecimento acentuado da vinha portuguesa, quer se considerem os dados dos cadastros vitícolas, as estimativas dos serviços oficiais, ou mesmo os do Recenseamento de 1989 (Simões, 1998: 312-314). Nem mesmo as novas plantações ao abrigo dos programas comunitários lograram alterar significativamente esta situação, dado o baixo peso da reestruturação quando comparada com a área total de vinhos do Continente (quadro 2)

Quadro 2: Balanço regional entre a área de vinha plantada e abandonada, com ajudas comunitárias, entre 1985 e 1997.

	EDM	TM	BL	BI	RO	ALT	ALG	Continente
Área total (RAC/79)	30441	58238	37723	16452	111647	12343	3553	270397
Estimativa da reestruturação (1)	5669	5995	2411	1024	5319	4143	286	24847
Peso da reestruturação (%)	18,6	10,3	6,4	6,2	4,8	33,6	8,0	9,2
Área abandonada	684	1038	1140	1487	10522	1942	841	17654
Peso do abandono (%)	2,2	1,8	3,0	9,0	9,4	15,7	23,7	6,5
Saldo reestruturação-abandono	4985	4957	1272	-464	-5204	2200	-555	7193

Fonte: IFADAP e cálculos próprios (Simões, 1998: 319-325). Unidades: ha. (1) Somatório das áreas plantadas ao abrigo dos programas específicos para a viticultura e para as explorações agrícolas em geral.

Verificamos, assim, que a vinha se encontra distribuída por quase todo o território do Continente, concentrando-se preferencialmente em determinadas regiões tradicionalmente produtoras. Por outro lado, os processos recentes de especialização

² A diminuição das explorações com vinha recenseadas em 1952/54, 1968, 1979 e 1989, segue de perto a correspondente diminuição das explorações agrícolas do Continente, mantendo-se por isso estável a percentagem do número de explorações com vinha no total das explorações.

produtiva tendem a aumentar a importância relativa das regiões tradicionalmente produtoras no panorama da viticultura nacional.

1.2. A territorialização da indústria vinícola

A indústria vinícola³ é hoje formada por três grandes grupos de agentes: as adegas cooperativas, os armazenistas e os produtores-engarrafadores⁴.

Em 1996, com excepção dos Vinhos Verdes e do Douro, em todas as outras regiões o peso das cooperativas na produção total ultrapassava os 50%, aproximando-se mesmo dos 80% no Alentejo (quadro 3). Desde os anos 60, para além de terem entrado em laboração mais cooperativas (108 em 1969, 117 em 1996), aumentou também a produção média por cooperativa, garantindo-se deste modo o aumento da importância relativa deste tipo de empresas na indústria vinícola em geral.

Quadro 3. Peso relativo das Adegas Cooperativas e Particulares na produção regional, em 1996.

	V. Verde	Douro	Dão	TM	Beiras	RO	ALT	ALG	Total
Cooperativas:									
Produção (10 ³ hl)	462	810	290	394	667	1669	492	11	4794
Produção (%)	27,3	46,0	57,0	69,7	63,1	52,1	78,2	74,4	50,8
Nº Coop.	22	20	10	12	15	29	6	3	117
Prod/coop (hl)	20978	40519	28997	32862	44472	57543	81964	3501	40977
Particulares:									
Produção (10 ³ hl)	1230	953	219	172	390	1534	137	4	4638
Produção (%)	72,7	54,0	43,0	30,3	36,9	47,9	21,8	25,6	49,2
Nº Manif.	36258	3068	2225	3140	6574	8383	222	26	59896
Prod./Manif. (hl)	34	311	98	55	59	183	618	139	77

Fonte: IVV - informação base dos manifestos da produção de 1996.

O grupo dos armazenistas constitui hoje o cerne do negócio vinícola nacional. Extremamente heterogéneo, nele se encontram as grandes empresas responsáveis pela uniformização, loteamento e criação das principais marcas comerciais, tanto no mercado interno como na exportação. Esta heterogeneidade resulta não só da dimensão das próprias empresas, mas também do diferente peso relativo que a produção própria de vinho ocupa no volume de negócios total da empresa. Elas são predominantes nos Vinhos Verdes, onde tiveram um papel fundamental no

³ Estão aqui incluídas as empresas classificadas pelo INE na CAE 1593 (INE: CAE, revisão 2, 1992), ou seja, as empresas transformadoras que adquirem maioritariamente as uvas a terceiros.

⁴ Desde que o maior volume de negócios destes produtores resulte de actividades a jusante da produção, como o envelhecimento, engarrafamento, etc.. Caso contrário são classificados como "produtores de vinho no local da exploração a partir de uvas da própria produção" (CAE 1132).

desenvolvimento, divulgação e promoção do vinho verde branco, na Bairrada, onde se situa a maior concentração de empresas privadas que trabalham não só a produção regional mas também produtos oriundos de outras regiões do país e muito vocacionadas para a exportação, e ainda no Ribatejo e na Península de Setúbal.

A importância relativa dos produtores-engarrafadores cresceu na última década à custa dos fundos comunitários, tanto ao nível da produção vitícola, como ao nível da transformação e engarrafamento. O volume de produção é, para estes agentes, um factor limitativo importante ao seu desenvolvimento, sobretudo ao nível do mercado externo onde, por isso, os armazenistas apresentam vantagens comparativas. Todavia, ao actuarem com produtos com elevado valor acrescentado, alguns produtores-engarrafadores têm tido um êxito considerável em mercados externos exigentes, onde exploram nichos de mercado relevantes, para além do mercado interno onde a sua penetração se encontra mais facilitada.

Ao nível da estrutura empresarial, a indústria vinícola conta ainda com um número muito significativo de pequenas e muito pequenas empresas. O sector encontra-se relativamente pouco concentrado, sobretudo quando comparado com os outros sectores das bebidas alcoólicas e não alcoólicas. Ademais, a concentração que se tem vindo a verificar no sector desde os anos sessenta, apresentou uma tendência para estabilizar nos anos mais recentes.

A indústria vinícola é suficientemente heterogénea para não poder ser considerada no seu todo. Pelo menos duas realidades se apresentam substancialmente distintas. De um lado as empresas produtoras de vinho comum, onde o número das pequenas e muito pequenas empresas (até 250 mil contos de volume de negócios) representa 60% do conjunto destas empresas. Do outro lado, temos as firmas produtoras de vinho do Porto (mais conhecidas por “Exportadores” pela importância deste produto nas exportações portuguesas), muito mais concentradas e de muito maior dimensão quando comparadas com a generalidade das primeiras (quadro 4). De facto, entre as dez empresas mais importantes de todo o sector, apenas três se dedicam maioritariamente à produção de vinho comum, a saber, a Sogrape-Vinhos de Portugal, Quinta da Aveleda e José Maria da Fonseca.

Quanto à distribuição do total das empresas pelo país (278 empresas), o Douro e Vila Nova de Gaia ocupam a primazia com 31% das empresa aí localizadas, devido ao esquema tradicional de exportação do vinho do Porto. Segue-se depois o Ribatejo e Oeste, incluindo a Península de Setúbal, com 19%. Depois as regiões demarcadas dos Vinhos Verdes, Bairrada, Dão e Alentejo, respectivamente com 18, 10, 4 e 3%, sendo os restantes 15% distribuídos pelas restantes zonas do país.

Numa análise mais detalhada, podemos ver no quadro 5 a distribuição regional das empresas produtoras de vinho comum (228 empresas), sendo que, como vimos, as empresas ligadas ao vinho do Porto estão obrigatoriamente localizadas no Douro ou em Vila Nova de Gaia. Em primeiro lugar, confirma-se o predomínio das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Entre-Douro-e-Minho e Beira Litoral. Em segundo lugar, uma forte ligação ao meio rural desta indústria, evidenciada por vários factores: a forte ligação às zonas de produção das adegas cooperativas e dos produtores-engarrafadores, por razões óbvias; o fraco peso das sedes de distrito como localização das empresas em geral, em todas regiões do Continente consideradas (quadro 5).

Quadro 4: Dimensão das empresa produtoras de vinho comum e de vinho do Porto (situação em Dezembro, 1997).

Escalaões de Volume de Negócio (milhares de contos)	Vinho comum (1)		Vinho do Porto (2)		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 100	86	37,7	4	8,0	90	32,4
100-250	50	21,9	5	10,0	55	19,8
250-1000	70	30,7	18	36,0	88	31,7
1000-5000	21	9,2	20	40,0	41	14,7
5000-20000	1	0,4	3	6,0	4	1,4
Nº total de empresas	228	100	50	100	278	100
Índice de Concentração (3)	53,6		15,6		48,6	

Fonte: INE – Ficheiro Central de Empresas.

(1) Verdadeiramente estão aqui consideradas todas as empresas fora do sector do vinho do Porto. De facto, para além de 210 empresas maioritariamente produtoras de vinho comum (vinho de mesa ou com denominação de origem), das quais 97 são adegas cooperativas, estão ainda incluídas 14 empresas produtoras de vinhos espumantes ou espumosos e quatro de vinhos licorosos, uma das quais de vinho da Madeira.

(2) Das 50 empresas classificadas neste ficheiro como produtoras de vinho do Porto, 11 são adegas cooperativas registadas no IVV como comerciantes deste tipo de vinho.

(3) O índice de concentração foi calculado com base no valor médio de cada escalão de volume de negócios (Simões, 1998: 207 e 362).

Quadro 5: Distribuição regional das empresas produtoras de vinho comum, por escalões de volume de negócios (milhares de contos)

Escalaões	EDM		TM		BL		BI		LVT		ALT		ALG		ILHAS		Total
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	
Até 100	3	22	1	13	1	13		1	2	17	1	3		2	2	5	86
100-250		17		7		9		1	1	9	1	1		1	3		50
250-1000	1	6	1	13	1	16		6		20		3		1	1	1	70
1000-10000	2	5		2		2			1	7		2			1		22
Total	6	50	2	35	2	40		8	4	53	2	9		4	7	6	228
%	24.6		16.2		18.4		3.5		25		4.8		1.8		5.7		100

Fonte: INE – Ficheiro Central de Empresas.

A - Número de empresas localizadas em sede de distrito

B - Número de empresas localizadas fora da sede de distrito

Para finalizar, uma referência à interligação das empresas da indústria do vinho com os sub-setores que lhe ficam imediatamente a montante e a jusante. O quadro 6 evidencia a interligação deste tipo de empresas com o comércio grossista e, por um lado, a sua penetração ao nível da produção agrícola. De facto, das 278 empresas analisadas, mais de metade (143) apresentam uma actividade secundária importante, sendo o comércio por grosso de bebidas alcoólicas e a viticultura as que apresentam um peso mais significativo.

Em conclusão, tal como se verificou com a vinha, a distribuição espacial da indústria vinícola apresenta uma forte implantação regional, sendo o seu contributo decisivo para a sustentabilidade do conjunto do sector.

Quadro 6: Actividade secundária das empresas ligadas à indústria do vinho.

	CAE secundária	Nº de empresas	%
Comércio por grosso de bebidas alcoólicas	513410	71	49,7
Viticultura (1)	11320	10	7,0
Produção de v. espumantes e espumosos	159320	9	6,3
Comércio a retalho de bebidas	522500	8	5,6
Produção de aguardentes preparadas	159110	6	4,2
Outras de menor importância	-	39	27,3
Total de empresas com actividade secundária	-	143	100

Fonte: INE – Ficheiro Central de Empresas.

(1) Produção de uvas ou de vinho (com uvas do próprio agricultor e fabricado no mesmo local de produção das uvas).

2. A vinha, o vinho e as relações com o mercado

Desde muito cedo inserido nos circuitos comerciais, o vinho sempre desempenhou um papel fundamental na relação das empresas agrícolas com o mercado. É certo que nem todas as regiões se comportam da mesma maneira. Existem regiões onde as empresas estão mais voltadas para o mercado, tais como Trás-os-Montes, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, enquanto outras se encontram mais voltadas para o autoconsumo. De qualquer forma, mesmo nas empresas com ligação ao mercado, o autoconsumo continua a desempenhar um papel importante, se não nas uvas, pelo menos no vinho. Enquanto que as empresas que vendem uvas tendem a vender a maior parte da sua produção, tanto mais que muitas delas já não dispõem de sistemas de transformação activos, as que vendem vinho reservam para si uma parte muito substancial da produção.

Como suporte das explorações agrícolas, a vinha e o vinho desempenham diferentes papéis conforme o tipo de explorações em causa. Vejamos alguns casos.

2.1. As explorações agrícolas especializadas

Apesar de se ter assistido nos últimos anos a um movimento de especialização produtiva, a esmagadora maioria das empresas agrícolas continua a dedicar-se a várias actividades. Nos últimos anos, mais precisamente entre o RGA de 1989 e o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1997, verificou-se uma grande redução do número de explorações agrícolas no Continente (quadro 7). Esta diminuição não foi, no entanto, acompanhada por idêntica redução da superfície agrícola útil total, o que leva a concluir terem sido essencialmente as pequenas explorações a desaparecer. No caso da vinha, verificou-se uma redução considerável da sua área cultivada, redução esta mais acentuada que na área agrícola em geral e, por outro lado, um aumento do peso da especialização vitícola. Este aumento é resultante do aumento do peso da área vitícola estimada das empresas especializadas e, por outro lado, do aumento do número e da superfície agrícola útil destas mesmas empresas. Desta forma, entre 1989 e 1997, registou-se um aumento da importância relativa das empresas com Orientação Técnico-Económica (OTE) viticultura, em todos os indicadores analisados (quadro 7).

Quadro 7: Estrutura e evolução da viticultura especializada no Continente.

	1989-1997: variação (%)		1997	
	Nº expl.	Área	Nº expl.	Área (ha)
Total das explorações do Continente e SAU	-30,7	-4,3	381.637	3.700.151
Explorações com vinha e respectiva área vitícola	-29,1	-9,5	241.844	227.374
Explorações com OTE Viticultura e respectiva SAU	-8,1	12,4	36.515	130.506
Explorações com OTE Viticultura e respectiva área vitícola estimada (1)	-8,1	20,4	36.515	97.880
Peso da OTE viticultura no total do Continente (%)	+2,4 %	+0,5 %	9,6 %	3,5 %

Fonte: RGA (1989) e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1997.

(1) Para a estimação da área vitícola nas empresas com OTE viticultura, utilizou-se a percentagem média da área vitícola na SAU das empresas especializadas da amostra RICA, admitindo-se que esta proporção se mantém para as explorações especializadas do Continente (70% em 1989 e 75% em 1996, por falta de dados para 1997).

Sendo resultado de alterações estruturais ao nível da produção, o aumento da especialização não afectou de igual forma as diferentes regiões do país, assim como as diferentes classes de dimensão das explorações agrícolas.

Trás-os-Montes (TM) e Lisboa e Vale do Tejo (LVT) são as regiões onde se contam mais empresas especializadas, se bem que com especializações diferentes. Segundo dados da RICA, a especialização dominante nas empresas do Entre-Douro-e-Minho (EDM), Trás-os-Montes (TM), Beiras (BL e BI) e Alentejo (ALT) é relativa aos vinhos de qualidade, tendo em conta o peso das regiões demarcadas nestas zonas.

Ao contrário, em LVT, são as empresas especializadas em vinho de mesa que predominam.

De uma forma geral, a evolução da especialização vitícola está de acordo com os resultados das alterações estruturais da vinha no Continente, nomeadamente com os resultados da reestruturação, novas plantações e abandono definitivo da vinha. Desta forma, são de salientar os aumentos consideráveis de especialização verificados no Minho, tanto em número de explorações como em SAU, e a diminuição registada no Ribatejo e Oeste. Em ambos os casos são as empresas de menor dimensão que perdem peso relativo, com reflexo directo nas respectivas áreas. Nas outras regiões as alterações são menos significativas, tendendo-se para uma diminuição do número de empresas especializadas contrabalançada pelo aumento da respectiva área.

2.2. Os grupos sociais ligados ao vinho

Considerando as categorias conceptuais definidas em Baptista (1993 e 1993a), podemos conjecturar acerca da importância relativa dos principais grupos de agricultores que estiveram na base dos movimentos inovadores da viticultura das últimas décadas.

Na grande propriedade associada às mais importantes regiões vitícolas nacionais, sejam os grandes *patrimónios fundiários* do Norte, sejam as *casas agrícolas* do Ribatejo e Oeste, a vinha ocupou sempre um lugar de destaque na produção agrícola, sobretudo na sua relação com o mercado. Num e noutro caso, prevaleceu uma longa tradição na cultura da vinha e fabricação do vinho. São geralmente patrimónios resultantes de antigas casas senhoriais que ajudaram a manter, através dos séculos, a dicotomia entre vinhos nobres e vinhos comuns. Hoje em dia, essa imagem nobiliária é aproveitada no *marketing* dos respectivos vinhos, em designações comerciais, rotulagem, etc.. Ao contrário, a ligação da grande propriedade aos vinhos alentajanos é um fenómeno relativamente recente, e está já ligado ao processo de reconversão da vinha nesta região.

No que diz respeito à *agricultura familiar*, ela ganhou terreno nas últimas décadas⁵. Com a diminuição da mão-de-obra disponível e com as possibilidades das novas tecnologias, com a mecanização sobretudo, as explorações patronais de menor

⁵ Só na década de oitenta, Baptista (1993a: 109) contabiliza a passagem de 50 para 57% o peso da agricultura familiar no conjunto da agricultura no Continente, enquanto as explorações capitalistas regrediram de 45 para 36%. Os restantes tipos de agricultura considerados por este autor não têm importância em termos vitícolas.

dimensão tornaram-se empresas familiares, enquanto que, as que já o eram, passaram a depender ainda menos do trabalho assalariado. Mas as situações são tão diversas que é usual falar-se em agriculturas familiares. Fundamentando-se nas funções desempenhadas por cada um dos tipos destas agriculturas, Baptista (1993a: 33-53) distingue três situações diferentes: uma agricultura com funções de produção, nas unidades em que o rendimento familiar provém exclusiva ou principalmente da exploração agrícola; uma agricultura com função trabalho, onde a maior parte do rendimento familiar provém do trabalho que os membros do agregado exercem fora da exploração; uma agricultura com função social, traduzida pela manutenção das explorações, onde a família trabalha em exclusividade, graças ao apoio social por parte do Estado (pensões de reforma, sobretudo).

A viticultura tem tido um papel decisivo na definição e evolução dos grupos sociais anteriormente referidos. Como actividade geradora de mercadorias desde há muito inseridas nos grandes fluxos comerciais, ela tem tido um papel preponderante na relação das explorações agrícolas com o mercado, sejam elas do tipo familiar ou capitalista. Em muitas explorações, sobretudo nas principais regiões vitícolas e fora das grandes bacias leiteiras, o vinho constitui o principal produto, por vezes o único, comercializado pelas unidades produtivas.

A questão da dimensão não foi impeditiva de uma diversificação da produção com base em diferentes estruturas produtivas. A adopção de certas políticas agrárias favoráveis (a protecção das regiões demarcadas em particular e as políticas de qualidade em geral), a adopção de algumas tecnologias adaptáveis (como os herbicidas - Carvalho, 1984), a adopção de tecnologias exteriores às explorações (como a tracção alugada – Baptista, 1993a) e a constituição de uma rede de adegas cooperativas, permitiram diminuir o efeito das economias de escala nesta actividade. Desta forma, a pequena e grande exploração puderam manter a sua relação com o mercado, tal como o fizeram no passado, apesar da continuada penetração, segundo diferentes formas, do modo de produção capitalista no mundo rural (Baptista, 1993a).

Para além do reforço das empresas do tipo capitalista já existentes no sector, sobretudo no Douro e no Ribatejo e Oeste, foi essencialmente através da transferência de propriedade, dos novos direitos de plantação e pela legalização de novas plantações, que se deu a penetração na área da produção de muitas empresas ligadas à indústria vinícola, tomando posição nas principais regiões demarcadas do país. Pelo mesmo processo, e sobretudo nas regiões demarcadas mais afamadas, fizeram entrada no sector muitos “novos agricultores” oriundos de outras actividades

económicas. Atraídos pela rentabilidade da cultura quando vocacionada para a produção de qualidade e integrada em actividades a jusante, e ainda pelo prestígio social associado à tradição cultural ligada à vinha e ao vinho, muitos quadros e empresários de diversas actividades económicas investiram nos últimos anos na agricultura, adquirindo quintas e estabelecendo novas plantações de vinha, muitas vezes integrando estruturas de transformação, constituindo-se como produtores-engarrafadores. Estes novos empresários vieram competir, em termos de produto final, com uma parte significativa dos antigos *patrimónios fundiários* das regiões demarcadas tradicionais (nos Vinhos Verdes, Douro e Dão) e com algumas das *casas agrícolas* das novas regiões demarcadas no Ribatejo e Oeste, constituindo-se, no seu conjunto, como uma das principais forças inovadoras dos últimos anos. As empresas capitalistas que não enveredaram pelo engarrafamentos dos seus vinhos, majoritárias no Ribatejo e Oeste devido à menor aptidão qualitativa, privilegiam hoje a ligação à indústria, sendo os principais fornecedores, juntamente com as adegas cooperativas, dos vinhos de mesa e dos vinhos de qualidade de gama baixa existentes no país.

Relativamente às agriculturas familiares, apenas as unidades com a função produção estão em condições de proceder a investimentos na vinha. Estes “agricultores profissionais”, muito ligados à orientação dos serviços oficiais e geralmente integradas nas cooperativas agrícolas e associações profissionais do sector, estão muito dependentes da *performance* alcançada pelas adegas cooperativas, onde normalmente fazem a entrega das uvas (salvo nas regiões, como nos Vinhos Verdes, onde o maior peso da transformação cabe à indústria privada). A prática seguida nos últimos anos pelas adegas cooperativas de valorizarem também qualitativamente as uvas entregues (com base nas castas, por exemplo), tem sido uma forma de fazer reverter para a produção uma parte da renda de denominação dos vinhos, constituindo-se como um incentivo à reconversão da actividade neste tipo de agricultura. Todavia, como salienta Baptista (1993a: 50), a viabilidade deste grupo oscila entre o reforço da função produção através do aumento da produtividade do trabalho e a passagem à agricultura com função trabalho. Neste aspecto, a inovação em viticultura pela via de novas plantações, desempenha um papel fundamental nas explorações onde essa opção é viável. De qualquer forma, esta opção está obviamente condicionada pela existência prévia de vinha na exploração, no caso da reestruturação, e da disponibilidade de terra no caso de novas plantações.

Quanto às restantes agriculturas, com funções trabalho e social, encontram-se praticamente arredadas do processo de reconversão. Muitas vezes possuidores de

parcelas com áreas não elegíveis para os apoios comunitários (mínimo de 0,5 ha de vinha contínua no caso da reestruturação individual)⁶, estes agricultores limitam-se a manter a vinha existente, enquanto a saúde (das vinhas ou dos elementos do agregado familiar) o permitir.

Em síntese, esboça-se na figura 1 um esquema relacional entre os principais grupos sociais identificados ao nível da produção e as principais estruturas de transformação da viticultura portuguesa. As relações assinaladas não pretendem ser exaustivas, mas apenas dar conta das situações mais frequentes. Por exemplo, alguns patrimónios fundiários e casas agrícolas relacionam-se com adegas cooperativas, não tanto de uma forma directa, mas mais pela via do arrendamento.

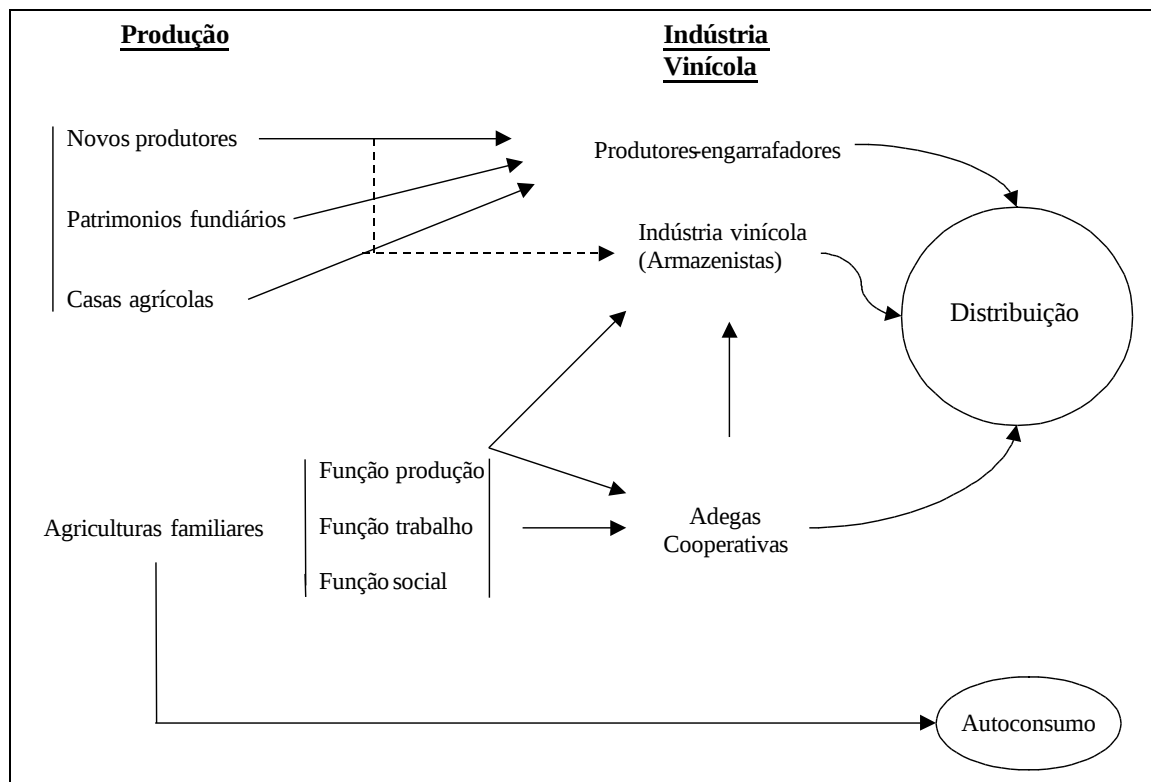


Figura 1: Principais ligações estruturais entre a produção vitícola e as estruturas de vinificação.

⁶ A superfície agrícola útil média das explorações neste tipo de agriculturas é de 1,1 ha, enquanto na agricultura com função produção aquele indicador eleva-se a 4,0 ha (Baptista, 1993a).

3. As ligações culturais da vinha e do vinho

A dimensão económica não esgota a importância da vinha e do vinho. Como actividade exigente em mão-de-obra e tradicionalmente ligada a solos de fraca aptidão agrícola, ela contribuiu para a humanização de vastas regiões. Por idênticas razões, foi possível manter a ligação à terra de gerações sucessivas, seja através dos que nela directamente trabalham, seja através dos que dela apenas retiram rendimentos mas de cuja relação raramente prescindiram. Por outro lado, a modulação da paisagem, imperativo produtivo de outros tempos, constitui hoje múltiplas possibilidades de aproveitamento, em ligação com outras actividades humanas aí desenvolvidas. A paisagem vitícola constitui, hoje, a feliz combinação entre uma actividade económica específica e o desejo e oportunidade de lazer das gerações contemporâneas.

Se a terra, o clima e a técnica diferenciam os vinhos, o mercado diferencia o consumo. O vinho sempre foi um instrumento poderoso de diferenciação social. Outrora, como hoje, as diferentes condições sociais de produção estiveram sempre associados diferentes padrões de consumo. Por outro lado, a característica de bebida natural capaz de transformar o estado normal de consciência, acrescida da apropriação simbólica que dela fez o ritual Cristão, coloca o vinho numa dimensão imaterial, única entre as mercadorias produzidas. E é com base nesta dimensão, que se tem desenvolvido ao longo do tempo a ligação do vinho à arte e à cultura dos povos da bacia mediterrânea.

De entre todas as ligações culturais do vinho e da vinha, vamos aqui destacar apenas o aproveitamento turístico que tem sido feito das paisagens vitícolas e dos processos tecnológicos de fabrico, no âmbito das rotas do vinho. Em Portugal, o projecto das rotas do vinho nasceu em 1993 com a participação do nosso país no programa DYONISIOS promovido pela União Europeia. O despacho normativo 669/94, que incentivava financeiramente a criação das rotas do vinho, preparou as bases regulamentares, os critérios de qualidade e selecção para a implementação das rotas em Portugal. O quadro 8 dá conta da implementação deste projecto no país.

De uma forma geral, as rotas de vinho têm por objectivo estimular o potencial turístico de cada uma das regiões em causa. Cada rota integra um conjunto de locais organizados em rede e devidamente sinalizados que, de uma forma ou de outra, possam suscitar o interesse por parte do turista. Fazem normalmente parte destas

rotas adegas cooperativas, produtores-engarrafadores, armazenistas e outros comerciantes, associações de cooperativas, associações de viticultores, restaurantes, enotecas, casas de turismo em espaço rural e outros centros de interesse vitivinícola. Os aderentes são para o efeito devidamente vistoriados e certificados, sendo-lhe reconhecido o mérito de fazerem parte da respectiva rota. Cada visitante pode desenvolver nestes locais um conjunto variado de actividades, as quais poderão ir da simples visita às vinhas ou adegas, passando pela prova e compra de produtos, até à participação em trabalhos vitícolas vários, como a vindima, pisa em lagar, etc.

Quadro 8: As rotas do vinho em Portugal.

Rotas (1)	Data de criação	Aderentes iniciais	Aderentes em 2001	Sede
Rota dos Vinhos do Alentejo	Maio, 1997	24	27 (2)	Évora
Rota do Vinho da Bairrada	Maio, 1999	23	23	Anadia
Rota do Vinho do Dão	1998	-	17	Viseu
Rota do Vinho do Porto	Setembro, 1996	-	69	Peso da Régua
Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo	1998	-	28 (2)	Santarém
Rota dos Vinhos Verdes	1997	30	57	Porto
Rota da Vinha e do Vinho do Oeste	1997	-	16	Óbidos
Rota das Vinhas de Cister	1998	6	7	Lamego
Rota dos Vinhos da Costa Azul	1996	-	9	Setúbal
Rota do Vinho da Região de Bucelas, Carcavelos e Colares	Em fase de criação, desde 1997	-	-	-
Rota do Vinho na Região de Turismo dos Templários	Em fase de criação, desde 1994	-	7	Tomar

Fonte: informações pessoais.

- (1) Outras rotas estão em fase de planeamento como, por exemplo, as Rotas do Algarve, Açores, Madeira e Beira Interior.
 (2) Informação referente a 2000.

Conclusão

Com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, a agricultura portuguesa passou por um período de reajustamento produtivo, sendo o sector vitivinícola um dos que melhor se adaptou à concorrência comunitária. De facto, Segundo as estimativas do INE para 1996 (MADRP, 1997), o mosto e o vinho foram responsáveis por 36% do valor da produção vegetal e 16,4% do valor de toda a produção final agrícola a preços correntes.

Ao nível interno tem-se mantido uma clara preferência dos consumidores portugueses pelos vinhos nacionais, ao mesmo tempo que se têm verificado algumas alterações no sentido de uma maior procura de produtos de melhor qualidade percebida e com maior valor acrescentado incorporado (Simões, 1998: 377-393), o

que contribuiu decisivamente para as alterações que se têm verificado ao nível da produção.

Nas nossas relações com o exterior, o vinho mantém ainda uma posição relevante, com uma taxa de auto-aprovisionamento médio de 110% (1991-96), constituindo um dos casos raros de auto-suficiência alimentar do nosso país, a par dos produtos hortícolas e alguns produtos de origem animal. Considerando isoladamente o sector exportador, o mosto e o vinho representam mais de metade de todas as exportações agrícolas nacionais (51% em 1996) e 15% das exportações agro-florestais, aproximando-se dos importantes sectores da área florestal. Esta importância relativa levou inclusivamente a Monitor Company (1994) a considerar o vinho como um dos *Clusters* susceptíveis de aproveitamento para a construção de vantagens competitivas no nosso país. Acresce ainda que, na União Europeia, o vinho é um dos sectores menos apoiados em termos de suporte de preços (Avillez, 1998), pelo que mais facilmente pode competir no mercado mundial, no quadro do aprofundamento da reforma da Política Agrícola Comum, tendo em conta as orientações aprovadas no final do Uruguay Round.

É desta vitalidade interna e externa que nasce o contributo do sector vitivinícola para o processo de desenvolvimento local e regional. Demonstrada que foi a forte ruralidade do sector (tanto ao nível da produção como ao nível da transformação), assim como a sua sustentabilidade como actividade económica, podemos inferir do papel fundamental que este sector representa na sustentabilidade das explorações agrícolas especializadas em vinha, na viabilidade de muitas explorações agrícolas não especializadas e ainda na manutenção de paisagens rurais típicas das grandes regiões produtoras do nosso país.

Das transformações recentes no sector com maior impacte no processo de desenvolvimento, podemos destacar por um lado as que se situam ao nível da estrutura organizacional e da política vitivinícola e, por outro lado, as mais directamente relacionadas com o funcionamento dos mercados e com o investimento produtivo. No primeiro caso salientamos a aposta na criação das novas regiões demarcadas e na sua gestão participada. A criação das Comissões de Vitivinicultura Regionais, com a participação activa de representantes das estruturas associativas de produtores e comerciantes, contribuiu para uma maior descentralização da política vitivinícola, com o consequente aumento da participação de cada região na definição e gestão do seu próprio futuro. No segundo caso destacamos o esforço de investimento que tem sido feito na modernização da indústria vinícola e na reconversão da vinha o

qual, não tendo atingido ainda os valores desejados tendo em conta as necessidades globais de reconversão, permitem já oferecer no mercado produtos de qualidade comparáveis ao que de melhor se faz em países concorrentes. Quanto ao investimento nos processos de transformação, merece especial destaque as alterações que se verificaram nos processos produtivos das adegas cooperativas, não só pelo papel social que estas estruturas desempenham no apoio às agriculturas familiares, como à sua efectiva necessidade de reestruturação. De facto, a estrutura produtiva de base da maioria das adegas cooperativas, assentava ainda no modelo produtivo seguido aquando da sua criação nos anos 60. A “tecnologia do cimento” que caracterizou a paisagem das principais regiões vinhateiras do país deu lugar à “tecnologia do aço” que hoje se pode visualizar em qualquer unidade transformadora. Neste sentido, pode mesmo falar-se numa segunda “revolução” tecnológica de fundo, a qual traduz não só a utilização de cubas em aço inoxidável (*inox*) em substituição das cubas de cimento, tanto nos processos fermentativos como na própria armazenagem, como todo um conjunto tecnológico com elas associado ou implementado na mesma altura: a vidragem interna das próprias cubas de cimento com resinas apropriadas, sistemas de controlo de temperatura, remontagem automática, etc..

Bibliografia

- AVILLEZ, Francisco (1998) – *A Vitivinicultura Europeia Face ao Futuro da PAC*. Comunicação apresentada ao XXIII Congresso Mundial da Vinha e do Vinho: Lisboa (policopiada).
- BAPTISTA, F. Oliveira (1993) – *A política Agrária do Estado Novo*. Edições Afrontamento: Porto.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1993a) – *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Fora de texto: Coimbra.
- CARVALHO, Agostinho de (1984) – *Os Pequenos e Médios Agricultores e a Política Agrária no Período 1960-1975*. CEEA, Instituto Gulbekian de Ciência: Oeiras.
- IAPA e IVV (s.d.) – *Programas Específicos Sectoriais, Regulamento (CEE) 355/77, Vinho*. Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Alimentares, Instituto do Vinho e da Vinha, MAPA: Lisboa.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1991) – *Recenseamento Geral Agrícola, 1989*. INE: Lisboa.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) – *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1997*. INE: Lisboa.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1992) – *CAE - Classificação das Actividades Económicas, Revisão 2*. Série Normas, 14, INE, Lisboa.

IVV (s.d.) - *Vinha, Programa de Reestruturação, Regulamento (CEE) 2239/86*. Instituto do Vinho e da Vinha, MAPA: Lisboa.

IVV (vários anos) – *Anuário*. Instituto do Vinho e da Vinha: Lisboa.

MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997) – *Números da Agricultura 1997*. Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar: Lisboa.

MONITOR COMPANY (1994) – *Construir as vantagens competitivas em Portugal*. Monitor Company.

SIMÕES, Orlando (1998) – *A economia do vinho no séc. XX: crises e regulação*. Dissertação de Doutoramento, ISA, UTL: Lisboa.